



## Universidade, formação docente e Educação Básica: diálogos curriculares sobre a educação étnico-racial

University, professor formation and basic education: curricular dialogues on ethnic-racial education

Maria Helena Tomaz<sup>1</sup>  
André Vinício Bialeski Vieira<sup>2</sup>  
Janine Soares R. Moraes<sup>3</sup>

**Resumo:** O processo de atualização da Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina/PCSC resgatou identidades plurais na discussão sobre o currículo escolar considerando as demandas dos crescentes movimentos sociais e as Diretrizes Curriculares Nacionais para educação e direitos humanos: a educação para as relações de gênero; a educação para a diversidade sexual; a educação e prevenção; a educação ambiental formal; a educação das relações étnico-raciais; e as modalidades de ensino: a educação especial; a educação escolar indígena; a educação do campo e a educação escolar quilombola. Mais especificamente, em relação à educação das relações étnico-raciais, essa política curricular foi regulada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino de conteúdos de matriz afro-brasileira, africana e indígena nos currículos das escolas. A partir desse contexto, o trabalho aborda questões teórico-metodológicas sobre o currículo, ações de extensão e formação continuada desenvolvidas pela Universidade do Estado de Santa Catarina, materializadas pelo Núcleo de Estudos Afro Brasileiros. No contexto da prática, as considerações do trabalho destacam a importância dos diálogos curriculares entre a Universidade, a PCSC e contexto da Educação Básica, a partir de parcerias instituídas com a Escola de Educação Básica Júlio da Costa Neves, da rede estadual de ensino.

**Palavras-chave:** Currículo. política curricular. desenvolvimento curricular. Diversidade. relações étnico-raciais.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências da Educação da UMinho, Universidade do Estado de Santa Catarina/ Centro de Educação a Distância/Núcleo de Estudos Afro Brasileiros, Florianópolis, helenadpad@gmail.com

<sup>2</sup> Graduando em Licenciatura em História, Universidade do Estado de Santa Catarina/ Núcleo de Estudos Afro Brasileiros, Florianópolis, avbvieira125@gmail.com

<sup>3</sup> Graduanda em Licenciatura em História, Universidade do Estado de Santa Catarina/ Núcleo de Estudos Afro Brasileiros, Florianópolis, neabjaninesoares@gmail.com



**Abstract:** The process of updating the Curriculum Proposal of the State of Santa Catarina / PCSC rescued plural identities in the discussion about the school curriculum considering the demands of the growing social movements and the National Curriculum Guidelines for education and human rights: education for gender relations; education for sexual diversity; education and prevention; formal environmental education; the education of ethnic-racial relations; and the teaching modalities: special education; indigenous school education; rural education and quilombola school education. More specifically, in relation to the education of ethnic-racial relations, this curriculum policy was regulated by Laws 10,639 / 2003 and 11,645 / 2008, which makes it compulsory to teach Afro-Brazilian, African and indigenous content in school curricula. From this context, the work addresses theoretical and methodological questions about the curriculum, extension actions and continuing education developed by the State University of Santa Catarina, materialized by the Center for Afro Brazilian Studies. In the context of practice, the considerations of the work highlight the importance of curricular dialogues between the University, the PCSC and the context of Basic Education, based on partnerships established with the Júlio da Costa Neves Elementary School of the state school system.

**Keywords:** Curriculum. curriculum policy. curriculum development. diversity. ethnic-racial relations.

## Introdução

No Brasil, a constituição histórica da trajetória das políticas públicas educacionais é subsidiada por uma história de tensões, resistências e trajetórias humanas entrelaçadas nas prescrições, no controle gestor e nos movimentos de centralização e descentralização da educação e do currículo que foram sendo estabelecidos. Isto posto, destacamos que a proposição de políticas educacionais e curriculares durante a construção histórico-social do processo de escolarização no país, direcionaram olhares diferenciados para os distintos contingentes populacionais inseridos neste processo desde o período da colonização.

A partir dessa perspectiva, a constituição do processo de escolarização no Brasil coexiste com realidades históricas, sociais, econômicas, políticas e ideológicas que produzem referências sociais e influenciam modos de socialização e produção de conhecimentos, bem como o reconhecimento ou não de competências culturais e políticas dos diferentes sujeitos sociais. Articuladas a este processo, concepções de



currículo foram subsidiando discursos teóricos, narrativas, documentos curriculares, propostas curriculares nacionais e locais, percursos formativos e práticas político-pedagógicas existentes nas escolas. E diferentes sujeitos foram construindo sua inserção no processo de escolarização e nas políticas curriculares, sob o prisma social, cultural, étnico-racial e de gênero, permeada por movimentos de mudanças e permanências, exclusões e inclusões, mediações e (re)significações humanas, marcados pelas relações de poder, de embates, de lutas e de silenciamentos.

Na leitura das tramas desse percurso que compõem a tessitura das proposições das políticas curriculares brasileiras, referenciamos Pacheco (2003), ao abordar o currículo como uma construção política, destacando a escola como veículo dessa atividade politicamente institucionalizada e sublinhando também a participação do Estado. O autor destaca a importância da análise do contexto com o direcionamento do olhar para as macro e micropolíticas:

(...) nas macropolíticas, questiona-se os aspectos da fundamentação e organização dos poderes não só expressos nos documentos oficiais, mas também nos momentos de produção desses textos. Nesse sentido, reconhece-se o peso dos grupos socioeconômicos nas práticas de influência e, ainda, o papel marcante de administração (...) no plano das micropolíticas, aborda-se o lugar das escolas, dos professores e dos alunos na configuração da prática do currículo, lugares que nem sempre são controlados totalmente pela administração (PACHECO, 2003, p. 15).

Com essa perspectiva, olhar para a política curricular suscita compreendê-la como construção em espaços tanto administrativos quanto escolares, gerada a partir das proposições do Estado enquanto política pública educacional e da força de poder que possui as suas orientações, entremeadas na atuação dos professores e dos alunos como decisores políticos, com consensos e dissensos na sua produção e no seu desenvolvimento. A partir dessa compreensão, consideramos também as produções de Bowe, Ball e Gold (1992) e Ball, Maguire e Braun (2016), ao sublinharem que as políticas não são meramente implementadas, mas sujeitas a processos de recontextualização e recriação. Os autores se reportam inicialmente à teorização do



conceito de recontextualização, a partir da abordagem estruturalista de Basil Bernstein, porém, a alteram ao incorporar enfoques culturais no processo em que os textos e discursos pedagógicos se deslocam de seu contexto a outro e potencializam a apropriação, interpretação e reinterpretação, enunciando a constituição de híbridos culturais. A problematização que trazem para o campo de discussão dirige-se para o enfoque dado entre o binarismo entre política e prática, produção e implementação, dominação e resistência, buscando romper com a visão de verticalidade das proposições, trazendo à tona as políticas educacionais como campos de luta e negociação.

Importante ressaltar que as políticas curriculares, tecidas ao longo desse percurso, vêm assumindo centralidade nas políticas educacionais brasileiras como um dos eixos de proposição de mudanças, envolvendo documentos de orientação curricular fundamentados em aportes teóricos adotados, sistemas de avaliação e ações de formação inicial e continuada para professores (LOPES, 2002; 2004). Em meio a esse processo, destacamos a proposição da política da Educação das Relações Étnico-raciais (ERER) que aponta diretrizes para o trabalho com a consciência política e histórica da diversidade, o fortalecimento de identidades e de direitos, ações educativas de combate ao racismo e às discriminações.

### **1.1. A constituição de uma política curricular no Brasil e em Santa Catarina**

A forma como as relações sociais e culturais se constituíram no Brasil influenciaram modelos de educação escolar que negaram a um contingente populacional no decorrer dos tempos e espaços históricos o direito ao conhecimento escolarizado. Essas relações também silenciaram por meio do currículo prescrito o conhecimento socialmente produzido por diferentes sujeitos. Por esse viés de análise, Arroyo (2011) destaca que

a produção e apropriação do conhecimento sempre entrou nas disputas das relações sociais e políticas de dominação-subordinação.



# COLBEDUCA

Colóquio Luso-Brasileiro de Educação



Em nossa formação histórica a apropriação-negação do conhecimento agiu e age como demarcação-reconhecimento ou segregação da diversidade de coletivos sociais, étnicos, raciais, de gênero, campo, periferias. Não apenas foi negado e dificultado seu acesso ao conhecimento produzido, mas foram despojados de seus conhecimentos, de suas culturas, modos de pensar-se e de pensar o mundo e a história. Foram decretados inexistentes, à margem da história intelectual e cultural da humanidade. Logo, seus saberes, culturas, modos de pensar não foram incorporados ao dito conhecimento socialmente produzido e acumulado que as diretrizes curriculares legitimam como núcleo comum (ARROYO, 2011, p.14)

Como consequência foram produzidos silenciamentos e invisibilidades ao longo da história da educação, no ordenamento das legislações educacionais e curriculares que incidiram no processo de escolarização institucional de diferentes sujeitos, entre eles descendentes de africanos e indígenas. Esse processo, além de gerar desigualdades na constituição do currículo, em que prevalecem epistemologias, cosmovisão e cosmogonia ditadas pelo eurocentrismo, impediram conforme Romão (2014), o acesso e permanência destes segmentos no sistema educacional. Porém, num movimento dialético tensionado por resistências nas trajetórias humanas, conflitos e diversidades foram caracterizando o campo do currículo, transpassado pelas lutas dos coletivos sociais que lutam pelo reconhecimento de suas identidades, de suas culturas, de suas memórias e processos históricos sociais diferenciados (ARROYO, 2011). E no resgate de protagonismos e fortalecimento de movimentos que pressionam por políticas e proposições de currículos mais afirmativos, e nesse trabalho focado mais especificamente no recorte étnico-racial, o exercício de descolonizar os currículos, foi aprovada no ano de 2003 a Lei Federal Nº 10.639 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “ História e Cultura Afro-Brasileira”. Em 2008, no mesmo movimento, é aprovada a Lei Federal Nº 11.645, que altera a LDB e a Lei 10.639/03, para incluir no currículo oficial a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Essas duas políticas impactam na estrutura hegemônica que favorece o racismo e abrem caminho para a construção



de uma educação antirracista proporcionando outras bases epistemológicas. Entretanto como aponta Nilma Lino Gomes

o trato da questão racial no currículo e as mudanças advindas da obrigatoriedade do ensino de História da África e das culturas afro-brasileiras nos currículos das escolas da educação básica só poderão ser considerados como um dos passos no processo de ruptura epistemológica e cultural na educação brasileira se esses não forem confundidos com “novos conteúdos escolares a serem inseridos” ou como mais uma disciplina. Trata-se, na realidade, de uma mudança estrutural, conceitual, epistemológica e política (GOMES, 2012a, p.106).

Com o intuito de repolitizar o campo do conhecimento e da docência, a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), articulada com os dispositivos normativos traz em seu bojo um conjunto de interações e políticas educacionais que, em suas dimensões (histórica, institucional, filosófica, cultural, antropológica, sociopolítica e pedagógica), é desenvolvida com a intencionalidade de reeducar os modos de convivência dos sujeitos sociais, para a compreensão e a valorização dos conteúdos étnicos de base africana e indígena que se inserem na constituição da identidade brasileira.

Em Santa Catarina, o direcionamento desse trabalho é endossado com a atualização da Proposta Curricular direcionada para a formação integral para a Educação Básica, em que a diversidade é destacada como um de seus elementos fundantes. Assim, a Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC) constituiu-se como um documento propositivo de uma política curricular que

orienta-se por três fios condutores que se colocam como desafios no campo educacional: 1) perspectiva de formação integral, referenciada numa concepção multidimensional de sujeito; 2) concepção de percurso formativo visando superar o etapismo escolar e a razão fragmentária que ainda predomina na organização curricular e 3) atenção à concepção de diversidade no reconhecimento das diferentes configurações identitárias e das novas modalidades da educação (SANTA CATARINA, 2014, p. 20)



Com esses propósitos, a PCSC destaca a escola como um espaço de educação formal e de transformações sociais e coletivas que promova a proposição de novas reflexões, valores, atitudes e transformações culturais e sociais. Especificamente em relação à EREER a proposta destaca que essa política

se aloja na ideia da desconstrução dos modelos e instituições escolares assumidos como únicos e propõe a construção de possibilidades educativas que levem em conta a pluralidade étnica. Esse processo de desconstrução e construção, levando em conta a identidade cultural brasileira e as suas pertencas, pode se constituir em prática constante de reflexão, no interior da escola. Por se tratar de uma política curricular, a EREER contesta a ausência dos sujeitos étnicos de matriz africana e indígena no “território do conhecimento”. E, em sendo o currículo um espaço de tensões e disputa, traz em seu histórico registros de exercícios de diálogo, por diversos segmentos da sociedade brasileira, em defesa de uma escola manifestadamente plural (SANTA CATARINA, 2014, p.67)

Essa política curricular constituída a nível estadual, subsidiada pela política federal fomenta transformações nos currículos na Educação Básica e no Ensino Superior no Brasil, articuladas com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Brasil, 2004), Orientações para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2006), Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2012). Esses movimentos pressionam o contexto da prática e de formação de professores para o desenvolvimento de currículos mais afirmativos e identitários.

## **1.2. O Núcleo de Estudos Afro Brasileiros: a Universidade, a formação docente e as possibilidades de transformação de práticas curriculares**

O Núcleo de Estudos Afro Brasileiros (NEAB) formalmente criado pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) no ano de 2003, possui como



# COLBEDUCA

Colóquio Luso-Brasileiro de Educação



finalidade maior auxiliar a produção e disseminação do conhecimento por meio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão no desenvolvimento de políticas concernentes à temática étnico-racial e demais diversidades, no combate ao preconceito de todas as ordens e ao racismo. Por esse viés, o NEAB expande as possibilidades do exercício de direitos e a construção novas ações inclusivas que fortaleçam políticas de formação, valorização da riqueza da diversidade étnico-racial e cultural existentes no Brasil e em Santa Catarina, enriquecendo os debates sobre a atuação de políticas curriculares e inovação curricular. E o Programa Memorial Antonieta de Barros ao longo de seus 16 anos, por meio NEAB/UDESC, desenvolve ações de extensão articuladas ao ensino e pesquisa a nível estadual, intercentros e interinstitucional objetivando o combate ao racismo e a promoção da igualdade e da diversidade étnico-racial por meio de ações que auxiliaram a implementação da Lei Federal Nº 10.639/03 e da Lei Federal Nº 11.645/08 e das Diretrizes Nacionais de Educação para as Relações Étnico-raciais, História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e das Diretrizes para a Educação Indígena.

Com a articulação das muitas atividades que foram desenvolvidas, o Programa Memorial Antonieta de Barros constituiu-se como um espaço de interlocução e formação de professores e gestores, de disseminação de debates e estimulação da produção de estudos acerca das experiências históricas e educacionais das populações afrodescendentes no Estado de Santa Catarina; de aproximações do trabalho acadêmico de pesquisadores(as), professores(as) e alunos(as) com as atividades realizadas por instituições da sociedade civil; de debates internos na UDESC e externos sobre a constituição e consolidação de políticas afirmativas; e de referência ao acesso de produções e informações acerca da história da cultura africana, afro-brasileira, afro-catarinense e indígena, legislações e políticas públicas destacando a visibilidade de grupos que desenvolvem trabalhos com afinidade com essas temáticas (CARDOSO et al, 2016).

Assim, o Programa busca estabelecer-se como um fórum de articulação, discussão e reflexão crítica, como também constituir-se um espaço de referência na



proposição de ações que fomentem e fundamentem a afirmação de direitos, conquistas e resistências, a crítica epistemológica do pensamento único, a visibilidade de produções ancestrais e contemporâneas diversas que foram desconsideradas na constituição histórica do Brasil, o combate a segregação e preconceito nos espaços sociais e na produção acadêmica, as lutas antirracistas e as intolerâncias de todas as ordens que fortaleçam processos de inclusão e permanência nos espaços sociais e educativos.

Uma das ações do Programa intitulada Projeto “Observatório de Educação das Relações Étnico-Raciais em Santa Catarina - OBERER”, em consonância com a Lei Federal Nº 10.639/03 e da Lei Federal Nº 11.645/08 e das Diretrizes Nacionais de Educação para as Relações Étnico-raciais, História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e das Diretrizes para a Educação Indígena, justifica-se pela sua constituição enquanto espaço de produção e disseminação de estudos acerca das experiências históricas e educacionais das populações afrodescendentes e indígenas em Santa Catarina, contribuindo para a construção e enriquecimento de práticas pedagógicas voltadas para a valorização da diversidade étnico-racial. Nesse processo, o campo do currículo também está sendo transformado, (re)constituindo-se com abordagens mais afirmativas em relação ao reconhecimento de sujeitos coletivos de histórias, culturas e memórias. Assim, para repolitizar o campo do conhecimento e da docência, a EREER traz em seu bojo um conjunto de interações e políticas educacionais que, em suas dimensões histórica, institucional, filosófica, cultural, antropológica, sociopolítica e pedagógica atuam com o objetivo de transformar modos de convivência dos sujeitos sociais, para a compreensão e valorização dos conteúdos étnicos inseridos na constituição da identidade brasileira (PASSOS e TOMAZ, 2018).

O Projeto, ao estar alinhado com esse conjunto de interações e com o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, tem o compromisso em



cumprir e institucionalizar a implementação das Diretrizes, desenvolver ações estratégicas de formação de professores, colaborar e construir com os sistemas de ensino políticas públicas e processos pedagógicos, promover desenvolvimento de pesquisas e produção de materiais didáticos e paradidáticos que valorizem a cultura afro-brasileira e a diversidade, colaborar na construção de indicadores para o acompanhamento da efetiva implementação, criar e consolidar agendas positivas (BRASIL, 2012, p. 19-20).

Estão articulados diretamente nessa ação, a oferta de cursos de formação de professores, a produção de material didático, o desenvolvimento de estudos e a assessoria de projetos desenvolvidos nas instituições educacionais e culturais sobre a temática das populações de origem africana e indígena, que ao longo do contexto histórico brasileiro vem enfrentando a discriminação racial e a exclusão social.

Ao longo de suas edições, o Programa consolidou ações de parceria com a com a Escola de Educação Básica Júlio da Costa Neves (JCN) em Florianópolis, da rede pública estadual de ensino de Santa Catarina. Compromissada com a possibilidade de promover outras leituras e autorias curriculares, a equipe diretiva e os professores/as da escola desenvolveram uma série de ações em parceria com o NEAB na discussão de abordagens curriculares sobre a ERER. Entre essas ações se destacam o diálogo entre as questões teórico-metodológicas que envolvem o ERER, a PCSC e o percurso formativo dos professores/as, colocando em foco essa política curricular e o seu desenvolvimento no contexto da prática.

### **1.3. A Escola de Educação Básica Júlio da Costa Neves: a política curricular no contexto da prática**

O contexto da prática se constitui como um território onde as políticas estão mais sujeitas à interpretação, recriação e interferências constituindo outros significados, onde os profissionais que atuam na escola produzem mudanças expressivas na política que foi iniciada a partir da produção do texto original. Nas suas atuações nas escolas, conforme Ball, Maguire e Braun (2016) os profissionais alargam



as políticas propostas a partir das necessidades e interesses das suas práticas pedagógicas e/ou de gestão. Contudo, apesar da proposição de políticas oficiais da educação étnico-racial estar fundamentada por dispositivos regulatórios e normativos, os estudos direcionados para essa temática indicam ainda uma abordagem incipiente no currículo da escola básica e das licenciaturas (GOMES, 2012b; GOMES e JESUS, 2013; AMORIM, PAULA e ROCHA, 2015).

A partir dessas considerações e com um olhar diferenciado para o contexto da prática, o mote para o desenvolvimento das ações de extensão Programa Memorial Antonieta de Barros OBERER/NEAB foi subsidiado pelo reconhecimento da importância da abordagem da diversidade étnico-racial nos processos formativos nas escolas de Educação Básica e nos cursos de Instituições de Ensino Superior, bem como no envolvimento da comunidade em geral. Tal reconhecimento partiu da compreensão que a diversidade constitui a nossa sociedade e a educação escolar exerce relevante papel na constituição de identidades de raça (GOMES E SILVA, 2006).

Com essa abordagem, destacamos o relato de experiências das ações os diálogos estabelecidos com a Escola de Educação Básica Júlio Costa da Neves, que em 2017 organizou por meio de seu corpo docente um Projeto intitulado “Brincando e Aprendendo com a Cultura Africana e Afro-brasileira: uma proposta integrativa”, que culminou com uma mostra cultural na Semana da Consciência Negra, envolvendo várias ações, dentre elas:

1. Mostra JCN máscaras africanas: A produção das máscaras retomou características essenciais da cultura tradicional dos povos africanos, que vivem entre o Saara e o deserto do Kalahari, com significado espiritual e religioso. Retomou também as influências estendidas para o século 20, em movimentos artísticos como o cubismo, o fauvismo e o expressionismo também se inspiraram no patrimônio vasto e diversificado das máscaras africanas.



Figura 1 – Mostra Máscaras Africanas  
Fonte: Escola de Educação Básica Júlio da Costa Neves

2. Capoeira: Muitas apresentações foram realizadas com convidados da comunidade. Capoeira, música, arte, cultura, coreografia e desfile de figurinos afro-brasileiros fizeram parte da agenda da Semana da Consciência Negra JCN.



Figura 2 - Capoeira  
Fonte: Escola de Educação Básica Júlio da Costa Neves

3. Mostra JCN Jogos Africanos: foram produzidos após estudos os jogos de origem africana, de tabuleiros que são milenares no continente africano, que foram confeccionados utilizando materiais reciclados e encontrados na natureza.

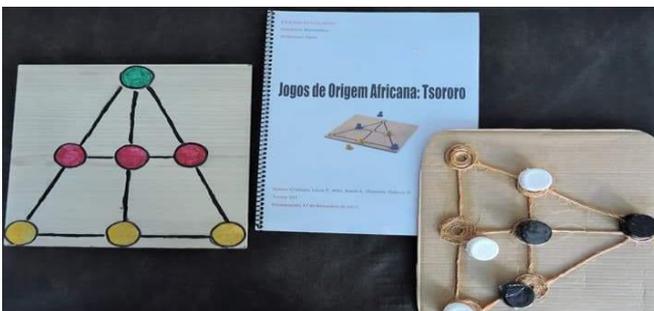


Figura 3. Mostra Jogos Africanos

Fonte: Escola de Educação Básica Júlio da Costa Neves

4. Contação de lendas e contos africanos: as histórias representam indicadores efetivos para situações desafiadoras, além de fortalecerem vínculos sociais, educativos e afetivos. Então o ato de contar histórias é uma ferramenta que pode despertar pequenos leitores e estimular para o mundo da imaginação. A contação de lendas e contos africanos foram os articuladores do projeto junto às brincadeiras com jogos étnico-africanos – procurando integrar os Anos Iniciais e os anos Finais do Ensino Fundamental com o Ensino Médio.



Figura 4. Contação de lendas e contos africanos  
Fonte: Escola de Educação Básica Júlio da Costa Neves

5. Teatro na escola: O encerramento das comemorações alusivas à Semana da Consciência Negra na Escola JCN com o Projeto “Brincando e aprendendo com a Cultura Africana e Afro-Brasileira: Uma Proposta Integrativa” de abordagem multidisciplinar envolvendo várias disciplinas culminou com o Fantástico Teatro da Turma 71, dramatizando A Lenda da Pemba.



Figura 5. Teatro na escola

Fonte: Escola de Educação Básica Júlio da Costa Neves

Na continuidade do trabalho, no ano de 2019, as ações do OBERER expandem-se com a parceria do Laboratório de Educação e Sexualidade (LabEduSex) do Centro de Educação a Distância/CEAD/UDESC e juntos promovem o I e II Seminário Educação das Relações Étnico-Raciais no espaço da Escola de Educação Básica Júlio Costa da Neves, da rede estadual de ensino catarinense. Os referidos Seminários objetivaram fomentar o debate sobre a temática da ERER como política curricular e subsidiar ações de extensão alinhadas com os percursos formativos dos profissionais da escola, professores da Educação Básica e Superior, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação, movimentos sociais e comunidade em geral.



## I Seminário Educação das Relações Étnico-Raciais

O Laboratório de Educação Sexual - LabEduSex/CEAD em parceria com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros NEAB/UDESC tem a honra de apresentar o **I Seminário Educação das Relações Étnico-Raciais**.

**05 de julho**  
**8h30 até 11h30**

Local: **EEB Julio Da Costa Neves**  
Rua Caminho Dos Estudantes, 100 - Costeira do Pirajubaé, Florianópolis SC

Dúvidas: [neab@udesc.br](mailto:neab@udesc.br)

**Inscrições:**  
[bit.ly/seminarioERER](https://bit.ly/seminarioERER)

**Mediação:** Flavio Facha Gaspar  
Abubacar  
Graduando em Economia-UDESC  
Bolsista NEAB/UDESC

**Marcos Rodrigues da Silva**  
Pós Doutorado  
Universidade Regional de Blumenau - FURB  
Tema: BCC NO ENSINO MEDIO UBUNTU - Eu sou jovem porque somos Juventude.

**Otávio Luiz Vieira Pinto**  
Dr. em História-UFRP  
Professor de História - UFRP  
Tema: Sobre Padrões e Branquitude: Origens e Consequências da Racialização

**Andrelia Sousa da Silva**  
Mestre em Ciência da Informação-UFSC  
Professora Biblioteconomia - UDESC  
Tema: Diversidade Étnica na Biblioteca

Logos: UDESC, NEAB, LabEduSex, and a QR code.

Figura X. Folder do I Seminário ERER

Fonte: Núcleo de Estudos Afro Brasileiros/NEAB/UDESC



No primeiro seminário, o palestrante professor Marcos Rodrigues da Silva abordando a temática “Base Comum Curricular no ensino médio UBUNTU - Eu sou Jovem porque somos Juventude” apresentou e analisou as situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação. Essa abordagem possibilitou a identificação de ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.



Figura 6. Professores palestrantes no I Seminário EREER  
Fonte: Núcleo de Estudos Afro Brasileiros/NEAB/UDESC

O professor Otávio Luiz Vieira Pinto, tratou em sua apresentação sobre o conceito de “branquitude”, isto é, um padrão sócio racial criado e mantido, historicamente, por grupos dominantes. Sendo assim, deve-se entender a “branquitude” como

uma construção sócio-histórica produzida pela ideia falaciosa de superioridade racial branca, e que resulta, nas sociedades estruturadas pelo racismo, em uma posição em que os sujeitos identificados como brancos adquirem privilégios simbólicos e materiais em relação aos não brancos (SCHUCMAN, 2012, p.7).

Desse modo, as discussões foram direcionadas para ir além de como o racismo se estrutura e é exercido, e como historicamente, a sociedade brasileira se formou a partir de categorias coloniais e, conseqüentemente, a partir de hierarquias sociais racializadas. Em outras palavras, pode-se olhar para a história da sociedade brasileira numa longa duração e perceber como a “branquitude” está no centro desta história,



mantendo privilégios e marginalizando boa parte da população. A professora Andreia Sousa da Silva apresentou a importância da inclusão e difusão de atividades informacionais nas bibliotecas, que viabilizam e representam a história e a cultura da população negra e indígena. Enfatizou também o papel da biblioteca como promotora de disseminação da informação e cultura de todos os grupos sociais das comunidades onde estão inseridas e como um aporte fundamental para o processo de formação dos educandos.

Na continuidade dos objetivos propostos das ações de extensão e os percursos formativos na escola, foi realizado o II Seminário Educação das Relações Étnico-Raciais em 18 de outubro de 2019 em forma de uma roda de conversa dialogando com professores, demais profissionais da educação, pesquisadores, graduandos de diferentes instituições de ensino superior, movimentos sociais e comunidade.

## II Seminário Educação das Relações Étnico-Raciais

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estadual de Santa Catarina, em parceria com o Projeto Saúde e Cidadania e o Laboratório de Educação Sexual do Centro de Educação a Distância CEAD/UDESC, tem a honra de convidar para este importante evento.

**18 de outubro**  
**8h30 até 11h30**

Local: **EEB Julio Da Costa Neves**  
Rua Caminho Dos Estudantes, 100 - Costeira do Pirajubaé, Florianópolis/SC

**Vagas limitadas**  
Dúvidas: [neab@udesc.br](mailto:neab@udesc.br)

**Inscrições:**  
[bit.ly/IIseminarioERER](https://bit.ly/IIseminarioERER)

**Logos:** UDESC, NEAB, Lab EduSex

**Speakers:**

- Giselle Marques - Arco Educadora e Escritora  
**Tema:** Processos educativos - Um novo olhar sobre as identidades.
- Prof. Mestre Cintia Cardoso - Doutoranda em Educação UI PR  
**Tema:** Utopias, humanismos e as especificidades da educação das relações étnico-raciais no sistema de ensino.
- Danie Kusay - Professor da Escola M'Biguaçu  
**Tema:** Educação indígena.
- Mediação:** Andreia Sousa da Silva - Mestre em Ciência da Informação-UI SC, Professora de Biblioteconomia - UDESC.

Figura X. Folder do II Seminário EREER  
Fonte: Núcleo de Estudos Afro Brasileiros/NEAB/UDESC



Uma das integrantes dessa Roda de Conversa foi a professora Cíntia que abordou questões sobre “A educação como um direito humano e para os Direitos Humanos”, em que foram discutidas as especificidades das relações étnico-raciais inseridas numa perspectiva crítica de educação, as Leis Nº 10.639/03 e Nº 11.645/08, baseadas no princípio jurídico da equidade, a escola como preconizadora do currículo público, ou seja, um currículo para todos e com os conteúdos de todos com o reconhecimento da diversidade. A arte educadora Gisele Nascimento Marques, abordou como a arte está conectada com as demandas sociais, (re)significando conceitos e promovendo possibilidades de novas elaborações pelos sujeitos sobre a naturalização das violências. E o professor Daniel Kuaray, Indígena do Povo Guarani, apresentou um relato sobre as especificidades da educação escolar indígena na comunidade Mbiguaçu, as relações estabelecidas entre cultura indígena na sala de aula da escola tradicional, e a Lei Nº 11.645/08.



Figura x. Professores da Roda de Conversa no II Seminário EREER  
Fonte: Núcleo de Estudos Afro Brasileiros/NEAB/UDESC

As ações desenvolvidas foram algumas das estratégias para oportunizar a leitura, estudo e discussão de materiais sobre a temática, objetivando a reflexão, conscientização e autorias de práticas coletivas na escola sobre a temática étnico-racial. Nesse trabalho, observamos que as experiências oportunizadas na escola vão paulatinamente subsidiando atuações curriculares significativas em prol da inclusão étnico-racial e o combate ao preconceito e ao racismo.

### **Considerações que subsidiam a continuidade do trabalho**



As ações indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão registradas no decorrer do trabalho, subsidiam outras estratégias a serem desenvolvidas que em seu conjunto fortalecem as práticas curriculares: mudança nos Projetos Políticos Pedagógicos; estudo da Proposta Curricular de Santa Catarina e do Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense produzido em 2019, bem como da Lei Federal Nº 10.639/03 e da Lei Federal Nº 11.645/08 e das Diretrizes Nacionais de Educação para as Relações Étnico-raciais, História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e das Diretrizes para a Educação Indígena; promoção da diversidade racial na escola; acompanhamento e assessoramento do trabalho pedagógico desenvolvido; continuidade da proposição de seminários, mostras culturais e outras atividades sobre o tema, o registro e divulgação das atividades realizadas nas práticas curriculares. Essa última congrega a valorização de um trabalho realizado pelos/as professores/as que assume a importância de destacar as atuações curriculares no contexto da prática da política curricular. Nesse destaque, objetivamos sedimentar o entendimento sobre a concepção de currículo e desenvolvimento curricular que fundamentam as ações docentes, o papel do professor na tessitura das proposições curriculares, seu percurso formativo e as articulações com as ações de formação continuada propostas. Entendemos ser esse um dos caminhos possíveis para fomentar possibilidades de articulações pedagógicas e inovação pedagógica.

## Referências

AMORIM, Rosendo Freitas de; PAULA, Paulo Venício Braga de; ROCHA, Jefrei Almeida. Análise da implementação e gestão da Lei 10.639/03 nas escolas estaduais do Ceará. **Revista Fórum Identidades**. Itabaiana: GEPIADDE, v. 17, ano 9, jan. a abril, 2015. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/4739>

ARROYO, Miguel Gonzalez (2011). **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes.

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Anette. **Como as escolas fazem políticas: atuação em escolas secundárias**. Trad. Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.



BOWE, Richard; BALL, Stephen J.; Gold, Anne. **Reforming Education and Changing Schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992

BRASIL **Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em 15 de agosto de 2019.

BRASIL. **Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília: 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em: 15 de agosto 2019.

BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Subsecretaria de Políticas de Ações Afirmativas, 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=1852-diretrizes-curriculares-pdf&category\\_slug=novembro-2009-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1852-diretrizes-curriculares-pdf&category_slug=novembro-2009-pdf&Itemid=30192)  
Acesso em 15 de fevereiro de 2018.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/Diretrizes+curriculares+nacional+para+a+educa%C3%A7%C3%A3o+das+rela%C3%A7%C3%B5es+%C3%A9tnico-raciais+e+para+o+ensino+de+hist%C3%B3ria+e+cultura+afro-brasileira+e+africana/f66ce7ca-e0c8-4dbd-8df3-4c2783f06386?version=1.2> Acesso em: 15 de agosto 2019.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. et al. Programa Memorial Antonieta de Barros 2016. **Anais do 7º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**. Ouro Preto: UFOP, 2016. Disponível em: <https://www.eventsystem.com.br/admin/arquivos/7cbeu/submissoes/anais/1b3ddb36abe675b6582c72fad4564e23.pdf> Acesso em 04 de julho de 2019.

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Revista Currículo sem fronteiras**, v. 12, n.1, p. 98-109, 2012a. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.htm>  
Acesso em:



GOMES, Nilma Lino (Org.). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnicoraciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03**. Brasília: MEC; Unesco; IPEA, 2012b.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves (orgs). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista**, n. 47, p.19-33, jan. a mar. 2013. Curitiba: Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n47/03.pdf>

LOPES, Alice Casimiro. Políticas Curriculares: continuidade ou mudança de rumos? **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 1, n. 26, p. 109-118, 2004.

PACHECO, José Augusto. **Políticas Curriculares: referências para análise**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PASSOS, Luana; TOMAZ, Maria Helena. Experiências sobre inovação curricular - etnomatemática por meio de jogos africanos: currículo e prática pedagógica. **Anais do IV Colóquio Luso-Afro-Brasileiro de Questões Curriculares**, 2018.

ROMÃO, Jeruse. **Diversidade na educação: notas para uma reflexão inicial**. Comunicação apresentada no I Seminário de Atualização da Proposta Curricular de Santa Catarina. Balneário Camboriú, 2014.

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na Educação Básica**. Secretaria de Estado da Educação, 2014.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.